



Projeto Político Pedagógico – PPP¹

(versão resumida)

Abril de 2012

¹ A primeira versão do PPP foi concluída e implementada em 2003. A partir de 2004 inicia-se um processo de revisão e atualização deste documento, considerando, inclusive, as mudanças na legislação. Esta versão é o resultado da incorporação das mudanças e atualizações feitas pela escola, em reuniões gerais, de 2004 até 2011.

1. INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, ao ser promulgada encontrou o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, com muitas inovações que já estavam incorporadas à estrutura curricular e à dinâmica do ensino-aprendizagem, como resultantes de discussões em diversos momentos pedagógicos.

Nos períodos que sucederam a efetivação da referida Lei, o Colégio realizou atividades de caráter didático-pedagógico, entre elas, a avaliação institucional. O trabalho realizado para o conhecimento da realidade onde atuamos exigiu um aprofundamento teórico-metodológico, numa perspectiva de construção de uma proposta pedagógica consciente e coerente.

Debruçar-nos sobre a realidade, examiná-la, interpretá-la, analisá-la enfim, descobrir saídas por onde se possa trilhar, foi desafiador e envolvente. Desafiador porque encontramos barreiras criadas pelo “clã reprodutor da sociedade de classes”; e envolvente, por se tratar de um projeto que significa ter consciência daquilo que se quer, ou seja, explicitação de que queremos uma escola pública, democrática e de qualidade.

De posse dos dados tabulados e analisados foram realizados encontros de planejamento estratégico e congressos temáticos com a participação dos quatro segmentos da comunidade escolar (pais, alunos, professores e servidores técnico-administrativos). Este processo foi moroso em função do número de participantes e dos espaços a serem planejados no calendário escolar, que oportunizassem a realização da dinâmica exigida para a efetivação desse trabalho.

A preocupação com a participação é algo que decorre dos valores democráticos, e foi uma constante nesse trajeto para gerar o envolvimento de todos os segmentos da escola, no sentido de que os mesmos precisam ter seus interesses, vontades e seus valores levados em conta. A nosso ver, participar implica, inevitavelmente, algum mecanismo de influência sobre o poder.

A escola que se quer democrática precisa definir, antecipadamente uma nova qualidade que, entre outras, priorize questões da organização escolar – uma organização que altere a realidade que se apresenta, a partir da realidade encontrada. Este foi o principal desafio desse trabalho: abrir perspectivas e oferecer elementos à reflexão e ao estudo dos envolvidos para que o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina se transformasse numa nova escola.

Agora, vencida essa jornada de discussões e deliberações, estamos apresentando o Projeto Político-Pedagógico do Colégio dentro dos parâmetros curriculares nacionais emanados da LDB e do Conselho Nacional de Educação. E inovar é audacioso. Tornar-se-á efetivo? O futuro dirá, mas é preciso ter em mente Maria Alice Setubal, quando afirma: “O projeto de escola não começa de uma só vez, não nasce pronto. É, muitas vezes, o ponto de chegada de um processo que se inicia com um pequeno grupo de professores, com algumas propostas bem simples, e que se amplia, ganhando corpo e consistência. Nesse trajeto, ao explicar propósitos e situar obstáculos, os educadores vão estabelecendo relações, apontando metas e objetivos comuns, vislumbrando pistas para melhorar a própria atuação. Estão, assim, tecendo, no coletivo, o projeto que será um fio articulador para o trabalho de toda a escola, na direção que se pretende”.

2. HISTÓRICO

2.1. HISTÓRICO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

O Colégio de Aplicação foi criado em 1961, sob a denominação de Ginásio de Aplicação e com o objetivo de servir de campo de estágio destinado à prática docente dos alunos matriculados nos cursos de Didática (Geral e Específica) da Faculdade Catarinense de Filosofia (FCF). Nesse período, o funcionamento das Faculdades de Filosofia Federais foi regulamentado pelo decreto-lei nº 9.053 de 12/03/46 que determinava que as mesmas tivessem um ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados naqueles cursos.

O funcionamento do curso ginásial foi requerido em 31/07/59, pelo então diretor da FCF, Professor Henrique da Silva Fontes e em 15 de março de 1961 foi concedida a autorização para o funcionamento condicional por meio do Ato nº 5 da Inspeção Seccional de Florianópolis. No entanto, somente em 17 de julho, o ofício nº 673 do Diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, ratifica o Ato nº 5 da Inspeção Seccional de Florianópolis e autoriza o funcionamento condicional do Ginásio de Aplicação, pelo período de quatro anos e passa a se integrar ao Sistema Federal de Ensino.

Inicialmente, foi implantada apenas a 1ª série ginásial, e a cada ano subsequente, foi sendo acrescentada uma nova série até completar as quatro séries do ciclo ginásial. O número de turmas por série manteve-se constante até 1967, quando foram compostas três turmas da 1ª série ginásial. Em 1968, foram formadas duas turmas de 1ª e 2ª séries ginásiais, e por implementação progressiva, em 1970, havia duas turmas por série.

No ano de 1970 foi substituído o nome Ginásio de Aplicação para Colégio de Aplicação, e o colégio passou a ter a primeira série do segundo ciclo, com os cursos Clássico e Científico. As demais séries do Ensino Médio foram implementadas gradativamente nos anos seguintes.

Em 1980, foi acrescentado aos cursos já existentes o Ensino Fundamental com a implementação de oito turmas, duas (turno matutino e vespertino) para cada uma das quatro séries iniciais.

Os alunos que freqüentavam, até então, o Colégio de Aplicação eram filhos de professores e servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina.

A partir da Resolução nº 013/CEPE/92, ficou estabelecido o número de três turmas por série, com 25 alunos cada uma. O ingresso de alunos no Colégio passa a ocorrer via sorteio aberto à comunidade.

Enquanto escola experimental, o Colégio tem proporcionado o desenvolvimento de experiências pedagógicas e estágios supervisionados para os cursos de Licenciatura e Educação, segundo as exigências da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

A partir de 2007 foi implementado o Ensino Fundamental de 9 anos. Inicialmente com uma turma e nos anos subsequentes com as outras duas turmas.

Atualmente o Colégio de Aplicação, inserido no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, é uma unidade educacional que atende ao Ensino Fundamental e Médio, funciona em prédio próprio, no Campus Universitário, e está localizado no Bairro da Trindade, município de Florianópolis.

O Colégio de Aplicação segue a política educacional adotada pela Universidade Federal de Santa Catarina que visa atender à trílogia de Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.2. HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

A escola, para construir organicamente seu próprio Projeto Político-Pedagógico e assumir sua função social reafirmando sua identidade, precisa conhecer e compreender a própria história.

Neste sentido, no segundo semestre de 1997, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de investigar os dados da realidade do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina e analisá-los a fim de identificar os problemas relevantes desta realidade, buscando os pontos básicos para o processo de transformação da mesma.

A equipe responsável por esta tarefa – Equipe de Avaliação Institucional - iniciou os trabalhos com a apresentação de um projeto de pesquisa intitulado: “Avaliação/Diagnóstico da Instituição Escolar – Um Elemento para a Construção do Projeto Político-Pedagógico” que tinha como objetivo obter diagnóstico global da realidade da instituição para, a partir da tabulação e da análise dos dados, deliberar por necessidades, desafios e perspectivas com vistas à melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão respaldada por uma proposta pedagógica inovadora.

Por proposição da Equipe de Avaliação Institucional foi criado um Organograma, bem como um Fluxograma do trabalho a ser realizado, sendo criadas as Equipes de Divulgação e de Legislação, ficando a coordenação das atividades a cargo da Equipe de Sistematização.

Dando prosseguimento aos trabalhos, a Equipe de Avaliação Institucional elaborou instrumentos de pesquisa diferenciados para os quatro segmentos da comunidade, buscando em cada um deles focar os aspectos que poderiam fornecer informações e contribuições para a realização de uma análise ampla da realidade desta comunidade, numa investigação que abrangesse: identificação, potencialidades, deficiências, escolaridade, aspectos sócio-econômicos, técnico-administrativos e organizacionais, didático-pedagógicos e administrativos do sistema acadêmico, pedagógicos e organizacionais e espaço livre para sugestões/considerações.

De posse dos dados tabulados (qualitativos e quantitativos) a equipe passou a organizar o Planejamento de Organização Escolar, que aconteceu sob a coordenação da Prof^a Ana Maria Borges de Sousa e com a representatividade dos quatro segmentos da comunidade escolar, escolhidos por seus pares.

No momento do Planejamento Estratégico, três dias de intensas discussões, foram apresentados os resultados da consulta à comunidade escolar: características, desejos, opiniões e peculiaridades que possibilitassem a reflexão sobre a escola que se nos apresentava naquele momento e qual se gostaria de ter. Principalmente quais seriam as ações prioritárias que norteariam o caminho a ser percorrido.

Para orientar essa reflexão a respeito da escola que gostaríamos de ter, foram levantados princípios que estão representados na “Árvore dos Princípios” do Colégio de Aplicação.

Neste sentido, foram criadas cinco Equipes de Governo, compostas de representantes dos quatro segmentos da comunidade escolar e com as ações que cada uma deveria executar para atingir os objetivos propostos:

- 1) Equipe de Governo nº 1- Reestruturação Curricular e Organização Didática
- 2) Equipe de Governo nº 2 - Espaço Físico e Organograma
- 3) Equipe de Governo nº 3 - Comunicação e Divulgação
- 4) Equipe de Governo nº 4 – Fórum Permanente
- 5) Equipe de Governo nº 5 - Resgate Histórico

A Equipe da Reestruturação Curricular, com o apoio da Equipe do Fórum realizou diversos momentos de discussão com palestrantes da Universidade e externos a ela, com o objetivo de subsidiar a comunidade na reflexão e aprofundamento a respeito da concepção de homem, sociedade, mundo, educação/escola (concepção de aprendizagem e desenvolvimento, currículo, avaliação).

Durante todo o processo de discussão e implementação do Projeto Político-Pedagógico, a Equipe de Governo nº 5 - Resgate Histórico, realizou pesquisas documentais, entrevistas e coleta de materiais fotográficos com o objetivo de lançar um livro sobre a história do Colégio de Aplicação.

Em abril de 2001 foi realizado um Seminário de Avaliação e Replanejamento do Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação, sob a coordenação da Prof^a Ana Maria Borges de Sousa. Após três dias de debate com representantes dos quatro segmentos da comunidade escolar, foi avaliado que deveria ocorrer uma reorganização das Equipes de Governo,

transformando-as em Grupos de Trabalho. A Equipe de Sistematização passou a se chamar Equipe de Articulação e foram criados dois novos Grupos de Trabalho: Identidade e Vinculação.

Em fevereiro de 2003, coordenado pela Equipe de Governo nº 1, realizou-se o I Congresso Temático Estrutura Curricular e Regime de Ensino, com a participação de delegados, representantes da comunidade escolar. As deliberações deste Congresso depois de homologadas pelo Colegiado do Colégio de Aplicação foram aprovadas pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências da Educação.

No final do ano de 2004 o sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem, modificado pelo I Congresso Temático e implantado no ano letivo de 2003, foi avaliado. O mesmo se deu no final do ano letivo de 2006, quando foram realizados ajustes que entraram em vigor no ano letivo de 2007.

Em novembro de 2003, coordenado pela Equipe de Governo nº 2 e organizado de forma semelhante ao I Congresso, realizou-se o II Congresso Temático, onde ficou definida a Estrutura Organizacional do Colégio de Aplicação, conforme consta deste documento, item 2 – Caracterização: escola – momento de diferenças, 2.2. Estrutura Administrativa.

Temos clareza que o Projeto Político-Pedagógico não é um texto escrito e acabado. Ele é sim um processo contínuo, coletivo e que se renova, se refaz e se reestrutura de acordo com as exigências da realidade em que a escola se insere. Exige uma reavaliação constante para tomada de decisões acerca das alterações necessárias para enfrentar os desafios que se apresentam.

Colégio De Aplicação

3. JUSTIFICATIVA

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que tem a finalidade de orientar a escola nas suas atividades diárias de forma sistemática, científica, consciente, participativa, democrática, enfatizando os seus princípios norteadores.

Ele se insere neste campo como um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, (re)construído e utilizado por aqueles que desejam efetivamente a mudança. Mudar a prática educativa implica alterar concepções enraizadas e, sobretudo, sentir a fragilidade de nossa teoria, de nossa organização, enfim, apontar para a existência de outros condicionantes.

A sociedade promove uma multiplicidade de motivações, fazendo com que os projetos sejam realizados, sejam eles contraditórios ou conflitantes. O projeto seria um meio de comunicação, expressão, articulação de interesses, objetivos, inspirações, sentimentos. É um instrumento dinâmico e de acordo com Ciavatta (2005) “está sendo elaborado permanentemente, reorganizando a memória do indivíduo, dando-lhe novos sentidos e significados, o que repercute em sua identidade”. Assim sendo, a dinâmica dos projetos e a construção de identidades, mantêm o passado em permanente reconstrução.

O Projeto Político-Pedagógico é o plano global da escola. Deve ser entendido como a sistematização, nunca definitiva de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. É um importante caminho para a construção da identidade da escola. É um instrumento teórico-metodológico que expressa as opções da escola, as propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do que vem sendo realizado e o que se quer colocar em prática do que foi projetado.

Portanto, a identidade que cada escola e seus dirigentes, professores, servidores técnico-administrativos, pais e alunos constroem é um processo dinâmico, sujeito a constantes avaliações e reformulações relativas às novas vivências, às novas teorias de educação, às relações que estabelecem.

Não podemos desconsiderar as condições materiais e sociais da escola, pois ela não está dissociada da sociedade, enfrentando profundas mudanças sociais. Da mesma forma, os professores vem enfrentando desafios para a construção de sua própria existência humana e social, nela também incluídas as atividades que realizam no processo de trabalho da sua prática docente.

A compreensão destas implicações, no desenvolvimento da prática educativa na escola torna-se relevante para o entendimento da escola, como lugar de espaço-tempo em que se vive e se é profundamente afetado pela sociedade humana, que nele foi e está internalizado.

Assim, é possível pensar que estarão abertas as possibilidades para a construção de uma práxis capaz de transformar as relações sociais existentes na sociedade e, entre elas, aquelas que se dão na escola.

Colégio De Aplicação

4. PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS

Em meio à crise paradigmática caracterizada pela globalização, pela exigência de um novo perfil profissional, pelo pluralismo, pela multiculturalidade, os discursos de autonomia, cidadania e participação ganham força. Nesta perspectiva, a instituição escolar sente necessidade de abrir espaço à participação da comunidade na discussão e construção do seu Projeto Político Pedagógico. Este é o momento em que a comunidade escolar torna-se agente ativo de construção da Escola Democrática.

De acordo com Gadotti (1997) a construção de uma escola que seja democrática, pública e popular, deve estar pautada nas seguintes afirmativas:

- A escola não é o único espaço de aquisição do saber elaborado, também aprendemos em outros espaços e com outros agentes.
- Não existe um único modelo de ação educativa, cada escola tem suas próprias contradições e precisa encontrar seus próprios caminhos, por isso a importância da experimentação pedagógica e de mentes abertas para o novo.
- A Educação para todos supõe todos pela educação, ou seja todos não terão acesso à educação enquanto todos não se interessarem por ela.
- Grandes mudanças exigem esforço contínuo e solidário nas pequenas ações. As pequenas mudanças podem dar sustentação para as mudanças estruturais.

O Projeto Político Pedagógico deve ser entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola em dois níveis: na organização do trabalho escolar como um todo e na organização do trabalho de sala de aula.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, como um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sóciopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

A organização do trabalho escolar é baseada nos princípios da gestão democrática. Neste sentido, é apenas em meio ao diálogo e à criatividade que a comunidade escolar encontra seu próprio meio de organizar-se e gerir este trabalho. Uma vez definido que a comunidade escolar participa da elaboração do projeto, definem-se os seus eixos norteadores.

Esta proposta de trabalho exige uma mudança de mentalidade dos membros da comunidade escolar. Afinal, constitui-se em um processo democrático de tomada de decisões, com o objetivo de organizar o trabalho pedagógico no sentido de reconhecer os conflitos, buscando a superação das relações competitivas e autoritárias e diminuindo a fragmentação do trabalho escolar.

O Projeto Político Pedagógico da escola facilita a consolidação da elaboração mútua e o exercício de construção coletiva, ao mesmo tempo em que se desencadeiam as experiências inovadoras que já estão acontecendo na escola. Para a concretização do projeto é fundamental que a responsabilidade do mesmo não recaia sobre a direção da escola, visto que uma gestão democrática implica na socialização do poder.

Assim, a escola que almeja realizar uma ação pedagógica coerente com as finalidades que persegue deve criar um espaço de discussão coletiva com o intuito de analisar se o trabalho que vem desenvolvendo está propiciando atingir as finalidades e os objetivos traçados por ela. Quando as finalidades da escola são construídas e definidas a partir de discussões realizadas no

coletivo da comunidade escolar a possibilidade de atingi-las é maior, pois estas foram traçadas de acordo com os interesses da maioria da população.

O sucesso da instituição escolar no alcance de suas finalidades está intimamente relacionado aos princípios que fundamentam a organização do seu trabalho pedagógico, ou seja, a escola que estabelece e persegue suas finalidades norteadas pelos princípios de gestão democrática e autonomia estará mais próxima de propiciar uma formação coerente com suas finalidades.

Sendo assim, a comunidade do Colégio de Aplicação definiu os seguintes princípios norteadores:

4.1. Natureza

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, autorizado pela Portaria nº 673, de 17 de julho de 1961 da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação, órgão integrante do Centro de Ciências da Educação, situado no Campus Universitário, é uma escola experimental mantida pela Universidade, integrada ao Sistema Federal de Ensino, objetivando o desenvolvimento de experiências pedagógicas e estágios supervisionados para os cursos de Licenciatura e Educação, segundo as exigências da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) e Resoluções exaradas pelo Conselho Nacional de Educação.

4.2. Finalidade

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina tem por finalidade:

- a) Servir de campo de observação, pesquisa, experimentação, demonstração e aplicação de métodos e técnicas de ensino, de acordo com a legislação vigente;
- b) Proporcionar a prática de ensino aos acadêmicos dos cursos de Licenciatura e Educação e os estágios supervisionados do Centro de Ciências da Educação, de acordo com a Resolução nº 061/CEPE/96, podendo ainda atender solicitações pertinentes ao ensino Fundamental e Médio dos demais centros da Universidade Federal de Santa Catarina;
- c) Desenvolver práticas e produzir conhecimentos em função de uma melhor qualidade de ensino, estendendo-os à comunidade;
- d) Formar cidadãos livres, conscientes e responsáveis;
- e) Instrumentalizar o educando para uma atuação crítica e produtiva no processo de transformação e construção consciente de uma sociedade justa, humanitária e igualitária.

4.3. Filosofia

O Colégio de Aplicação, inserido que está na Universidade, se propõe a ser um Colégio Experimental onde se desenvolvem práticas e se produzem conhecimentos em função de uma melhor qualidade de ensino. O Colégio de Aplicação exerce também a função de campo de estágio supervisionado para acadêmicos dos cursos de Licenciatura e Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Mas, acima de tudo, o Colégio de Aplicação é uma Escola que se propõe à produção, transmissão e apropriação crítica do conhecimento com o fim de instrumentalizar a responsabilidade social e a afirmação histórica dos educandos, contribuindo também para a expansão de sua personalidade.

A filosofia norteadora da ação pedagógica do Colégio de Aplicação tem sua origem e seu fim na prática social concreta. O contexto histórico-social no qual vivem docentes e educandos constitui o fundamento do trabalho do Colégio de Aplicação.

4.4. Objetivos

O Colégio de Aplicação tem como objetivo geral proporcionar a transmissão, produção e apropriação crítica do conhecimento com o fim de instrumentalizar a responsabilidade social e a afirmação histórica dos educandos.

Os objetivos específicos visam:

a) Propiciar os conhecimentos necessários para instrumentalizar o educando na sua atuação, tornando-o crítico e produtivo no processo de transformação no mundo e na consequente construção de uma sociedade justa, humanitária e igualitária;

b) Possibilitar ao educando a vivência de práticas democráticas concretas para que este possa desenvolver-se como sujeito livre, consciente e responsável na construção coletiva de sua realidade histórica.

c) Proporcionar e desenvolver atividades de pesquisa e extensão que contribuam para a melhoria do ensino, como para formação continuada dos docentes.

Neste sentido, desencadear o processo de discussão e sistematização da reestruturação curricular, a partir dos princípios norteadores, implica em fazer a articulação entre as duas estruturas que compõem a organização escolar, ou seja, a pedagógica e a administrativa.

Colégio De Aplicação

5. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 - Concepção de Educação.

Uma Concepção de Educação deve explicitar e se ocupar de outros saberes que são por demais significativos. Morin (2001) destaca os sete saberes necessários à educação do futuro, quais sejam:

- 1) As cegueiras do conhecimento: o conhecimento sempre está ameaçado pelo erro e pela ilusão;
- 2) Os princípios do conhecimento pertinente: a educação deve discutir os processos que resultam no acesso às informações sobre o mundo e como articulá-las, organizá-las e perceber e conceber o contexto local / regional / mundial e as relações entre o todo e as partes;
- 3) Explicar a condição humana: o ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico. Essa unidade complexa é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas;
- 4) Explicar a identidade terrena;
- 5) Enfrentar a incerteza: as ciências permitiram que adquiríssemos muitas certezas, mas igualmente revelaram, ao longo do século XX, inúmeras incertezas. A educação deve ocupar-se de formar cidadãos capazes de conviver com a imprevisibilidade do futuro;
- 6) Explicar a compreensão: ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade;
- 7) A ética do gênero humano: a educação deve explicar as relações indivíduo / sociedade / espécie, pois as relações entre os indivíduos produzem a sociedade, a qual retroage sobre os mesmos indivíduos e a espécie.

5.2 - Concepção de Currículo.

A partir de uma visão crítica no campo do currículo, os educadores vêm discutindo a constituição do conhecimento escolar através da análise de como se processa a apropriação dos diferentes saberes, transformando-os em saberes escolares, discutem-se também os mecanismos utilizados para produção/construção dos saberes. Os autores analisam acima de tudo as implicações oriundas do processo de organização do conhecimento escolar. Isto implica numa visão crítica dos parâmetros que o estão direcionando, exige clareza e domínio da área específica, reflexão constante a respeito dos grandes desafios presentes na prática social atual,

bem como a inclusão de questões como saúde, trabalho, violência, desigualdade social, miséria, avanços da ciência e da tecnologia, direitos humanos e a proteção ou a devastação do meio ambiente.

Segundo o autor espanhol SANTOMÉ , apud Santos

“O currículo deve visar ao preparo do alunado para a cidadania crítica e ativa, para serem membros solidários e democráticos de uma sociedade similar. Para isso, a seleção dos conteúdos curriculares deve promover a construção dos conhecimentos, destrezas, atitudes, valores e normas necessários a uma cidadania consciente. Trata-se de favorecer uma reconstrução reflexiva e crítica da realidade, tomando como ponto de partida as teorias, os conceitos, os procedimentos, os costumes, etc., que existem nessa comunidade e naquelas às quais se deve facilitar o acesso. Para isso, há que se prestar atenção não só nos conteúdos curriculares, mas também nas estratégias de ensino e de aprendizagem, bem como nos procedimentos de avaliação empregados”(1995, p. 57).

Acrescenta ainda o autor que:

“...para se garantir espaço às culturas negadas no currículo não basta reduzi-las a uma série de lições ou unidades isoladas. Não é suficiente dedicar um dia ou uma semana aos problemas enfrentados por grupos oprimidos. Um currículo antimarginalização é aquele no qual diariamente, em todas as disciplinas e em todos os procedimentos e recursos utilizados, estão presentes as culturas que têm sido silenciadas. É fundamental evitar que elas sejam tratadas ‘turisticamente’, o que ocorre quando:

- ✓ Os estudos se fazem superficial e banalmente;
- ✓ As diferenças sociais e culturais são tratadas parcimoniosamente, como dados exóticos;
- ✓ A diversidade é desconectada, nas aulas, da vida cotidiana;
- ✓ Utilizam-se imagens estereotipadas para caracterizar pessoas ou grupos considerados ‘diferentes’;
- ✓ Não se esclarecem devidamente a história e as origens das marginalizações, recorrendo-se a argumentos ‘científicos’ para justificá-las”.

O **currículo**, segundo Veiga, deve ser entendido como:

(...) construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização de meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar (...) refere-se à organização do conhecimento escolar.(1995,p.26-27)

A **revisão** do currículo requer uma reflexão coletiva dos professores a respeito dos fatores externos e internos que influenciam a seleção e organização dos conteúdos curriculares. Esta reflexão deve ser guiada pelas questões sociais de nosso tempo e pela compreensão crítica dos parâmetros que estão norteando o currículo, exigindo análise constante dos grandes desafios presentes na prática social e domínio da área específica (grifo nosso).

Segundo Veiga (1995, p.27), a revisão do currículo exige a análise de alguns aspectos básicos, tais como: a ideologia que permeia o conhecimento escolar (dominante/popular); o contexto social, “uma vez que o currículo é historicamente situado e culturalmente determinado” tipo de organização curricular (hierárquica, fragmentado ou interdisciplinar); o controle social (normas, valores dominantes passados aos alunos no ambiente escolar por intermédio dos livros didáticos, as relações pedagógicas, a rotina escolar).

O conhecimento escolar não é neutro, isto é, ele é permeado por ideologias, assim sendo, a escola precisa buscar desvelar os componentes ideológicos presentes nos conteúdos escolares que a classe dominante faz uso para manter seus privilégios. Portanto, a seleção dos conteúdos requer uma compreensão crítica das culturas dominante e popular, isto porque, “o currículo expressa uma cultura” (Veiga, 1995, p.27).

O tipo de organização curricular é outro ponto que a escola deve discutir coletivamente. A maioria das escolas adota uma organização hierárquica e fragmentada do conhecimento escolar. Mas, segundo Bernstein (apud Veiga, 1995) a escola deve ousar novas formas de organização curricular, em que os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento sejam relacionados de maneira interdisciplinar. O autor denomina este tipo de organização curricular de currículo integração. Este currículo visa agrupar as diferentes disciplinas curriculares num todo mais amplo. O outro aspecto a ser discutido diz respeito à questão do controle social, visto que o currículo formal exerce controle sobre os alunos. O controle social é possível por meio do currículo oculto, concebido como “mensagens transmitidas pela sala de aula e pelo ambiente escolar” (Cornbleth apud Veiga, 1995, p.28).

De acordo com Veiga (1995, p.29), a organização do currículo visando emancipação do sujeito implica “(...) desvelar as visões simplificadas da sociedade, concebida como um todo homogêneo, e de ser humano, como alguém que tende a aceitar papéis necessários a sua adaptação ao contexto em que vive”.

Considerando os pressupostos teórico-filosóficos manifestados pela maioria da comunidade escolar, quando do processo desencadeado no Projeto Político Pedagógico, percebeu-se a necessidade de reelaboração do currículo escolar, a partir de novas bases, de acordo com a LDB e com abordagens multi e interdisciplinares, reafirmando o desejo de mudança já existente.

A proposta metodológica tem como base o conhecimento conceitual e um enfoque interdisciplinar e contextualizado, com vistas à formação de competências cognitivas e de cidadania. A metodologia é entendida como um conjunto de princípios e pressupostos teóricos, cuja aplicação norteiam o caminho e as abordagens da prática pedagógica, ou seja, diz respeito à lógica de estruturação e abordagem dos conteúdos/conhecimentos.

Atualmente, a prática pedagógica dos professores não pode mais viver do equívoco de que é a quantidade de conteúdos que leva o aluno a desenvolver suas estruturas mentais e à autonomia intelectual.

A relevância está em fazer com que o aluno reconheça a validade do saber transmitido/construído na escola, e aproximar mais o saber da realidade, dos anseios e interesses dos alunos, isto é, dar significado ao conhecimento.

O caráter flexível da seleção e organização dos conteúdos vem atendendo aos princípios e pressupostos metodológicos, apontando para um currículo que priorize um acervo de conhecimentos e instrumentos e necessários para o prosseguimento dos estudos.

5.3 – Os Pilares do Currículo:

Alfabetização e Letramento.

Antes de qualquer coisa faz-se necessário considerar que Alfabetização e Letramento não são duas coisas distintas, mas, ao contrário, são ações “inseparáveis”, que se constituem numa relação dialética. Mais do que expor a oposição entre os conceitos de “alfabetização” e “letramento”, Soares valoriza o impacto qualitativo que este conjunto de práticas sociais representa para o sujeito, extrapolando a dimensão técnica e instrumental do puro domínio do sistema de escrita: Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se *Letramento* que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos (In Ribeiro, 2003, p. 91).

Para Magda Soares “a Alfabetização, corresponderia ao processo pelo qual se adquire uma tecnologia – a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-la para ler e escrever. Dominar tal tecnologia envolve conhecimentos e destrezas variados, como compreender o funcionamento do alfabeto, memorizar as convenções letra-som e dominar seu traçado, usando instrumentos como lápis, papel e outros que os substituam. Já o termo Letramento, relaciona-se ao exercício efetivo e competente daquela tecnologia da escrita, nas situações em que precisamos ler e produzir textos reais. Segundo Magda Soares (1998) alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita”.

Interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade, antes de tudo, valoriza a disciplina. Esta é condição para aquela. Alfredo Veiga Neto defende, na escola, uma “tensão” que alterne a interdisciplinaridade com a disciplinaridade. Para que se possa pensar em momentos mais pluri/interdisciplinares ou mesmo disciplinares é fundamental que exista um DIÁLOGO entre as Disciplinas/Núcleos Disciplinares.

Iniciação Científica (IC).

A Iniciação Científica no Ensino Fundamental e Ensino Médio deve se constituir em um elemento estruturante do currículo. A prática da IC implementada desde os Anos Iniciais do EF, proporcionará acesso ao conhecimento científico e despertará interesse pela ciência e pelas relações entre os conceitos científicos e a vida.

Formação de Leitores.

A leitura e a formação de leitores deve se constituir em um elemento estruturante do currículo escolar e um compromisso de todas as áreas do conhecimento.

5.4 – Concepção de Infância, criança e Juventude(s)

A implantação do EF de 9 anos introduz a criança nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental aos 6 anos de idade. Isto não apenas altera a organização do Ensino Fundamental, mas, principalmente, requer uma reestruturação curricular, haja vista que não é apenas o acréscimo de uma série, nem muito menos a transposição pura e simples do último ano da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Ou seja, a forma de organização dos Anos Iniciais tem que ser o resultado de uma concepção de criança e de infância e não o contrário.

No esforço de discutir os conceitos de criança e infância é fundamental considerar o percurso percorrido até chegarmos à compreensão que vivenciamos atualmente. Nesse sentido, alguns elementos devem contribuir com esta reflexão:

- O conceito de infância e criança vem passando por inúmeras mudanças, pois na medida em que a sociedade se modifica, modifica-se também a forma como a sociedade a concebe.
- Na Grécia antiga não havia especificação para nomear criança ou jovem.
- Na Idade Média não havia distinção entre adultos e crianças, “não havia em separado um mundo da infância” (J. H. PLUMB). As crianças compartilhavam os mesmos espaços, festas situações que os adultos.
- Com advento da industrialização, além da ida da mulher para o mercado de trabalho, temos a ida da própria criança para o trabalho nas fábricas.
- Com a criação dos Sistemas Nacionais de Ensino, demanda de um novo modelo de sociedade que se concretizava, as Escolas passam ser um lugar para o atendimento das crianças, nesse período ainda se cria as primeiras instituições destinadas à Educação Infantil, caracterizadas como instituições de cunho compensatório, ou assistencialista.
- “Somente em épocas comparativamente recentes veio a surgir um sentimento de que as crianças são especiais e diferentes, e, portanto, dignas de serem estudadas por si sós” (HEYWOOD, 2004).
- O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil sinaliza “as crianças possuem uma natureza singular que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio e utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem idéias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar”.
- Na modernidade a psicologia investiu nessa discussão juntamente com a pedagogia. As crianças começaram então a ser considerada em função de sua faixa etária, por características de ordem biológica, psicológica/cognitiva.

E hoje? Considerando todo o processo histórico, algumas concepções mudaram, outras permanecem, ainda que veladas. Alguns dos discursos correntes em relação à criança a consideram como:

- Sujeito de pouca idade?
- Sujeito de direitos?
- Sujeito de direitos com respaldo legal?

Dayrell (2007), ao discutir a relação entre a(s) juventude(s) e a escola, defende a tese de que as tensões existentes entre o jovem e a escola são um produto das mudanças ocorridas, nas últimas décadas, na sociedade ocidental. Argumenta, ainda, que devemos “mudar o eixo da reflexão das instituições educativas para os sujeitos jovens”.

Afirma ele que “quando o ser humano passa a se colocar novas interrogações, a pedagogia e a escola também têm de se interrogar de forma diferente”.

Neste sentido devemos nos perguntar:

Quem é este aluno/jovem?

Que saberes traz para a escola?

Quais são seus anseios, medos e “referências culturais”?

A partir das respostas a estas questões devemos buscar uma valorização do Protagonismo Juvenil e de como incorporar, ao currículo escolar, os elementos culturais da(s) juventude(s).

Colégio De Aplicação

6. UNIDADE DA DIVERSIDADE: as práticas pedagógicas institucionalizadas.

Por se constituir em uma escola de “experimental”, como definido no decreto de 1946, o CA possibilita a existência de práticas pedagógicas diferenciadas. Faz-se necessário explicitar esta existência, referendando no PPP as diferentes propostas pedagógicas, como **Práticas Pedagógicas Institucionalizadas**.

- Turmas “A”: fundada no Construtivismo.
- Turmas “B”: adota perspectivas teóricas diversas.
- Turmas “C”: fundada na Pedagogia de Projetos.

7. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A partir da Declaração de Salamanca (1994) assinada por 88 governos e 25 organizações, muitos países começaram a implantar políticas de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, por considerar ser esta a forma mais democrática de ampliação de oportunidades educacionais para estes alunos.

Ter em sala de aula alunos com diferentes possibilidades exige que pensemos a aprendizagem de forma coletiva e diferenciada do modelo de escola que temos hoje. A abordagem histórico-cultural de aprendizagem e desenvolvimento aponta a heterogeneidade como característica de qualquer grupo humano e fator imprescindível para as interações em sala de aula. A diversidade de experiências, trajetórias pessoais, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada membro do grupo viabilizam no cotidiano escolar a possibilidade de trocas, confronto, ajuda mútua e conseqüente ampliação das capacidades individuais e coletivas.

A prática em defesa da inclusão possui forte embasamento legal. A atual legislação educacional brasileira prevê as adequações necessárias nos sistemas de ensino para que a inclusão seja implementada de fato. Assim, a partir da LDBEN (Lei nº 9394/96 e do Decreto nº 3.298/99 (que dispõe sobre a Política nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 (que institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica), no seu art. 3º, diz que “ *Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica*”. Portanto, a educação especial está legalmente inserida na educação infantil, educação fundamental e ensino médio.

O Relatório do Parecer nº 17/2001 do Conselho Nacional de Educação deixa claro que a política de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste na permanência física desses alunos junto aos demais, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas que permitam desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Desta forma, não é o aluno que se molda à escola, mas é ela que, consciente da sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. Neste contexto, a educação especial é concebida para possibilitar que o aluno com necessidades educacionais especiais atinja os objetivos da educação geral.

A partir da possibilidade do ingresso de alunos através de sorteio, o Colégio de Aplicação vem recebendo alunos com uma diversidade de histórias de deficiência, bem como, de forma coercitiva por intermédio de ação judicial.

De acordo com a Ação Civil Pública nº 2001.72.00.001291-8/SC, o Colégio de Aplicação “deverá assegurar nos cursos fundamental e de 2º grau, um percentual de 5% (cinco por cento) das vagas às pessoas portadoras de deficiência física”.

No ano de 2009 foram contratadas duas Pedagogas para atuarem com os alunos com deficiência, sendo criado oficialmente o Setor de Educação Inclusiva do Colégio de Aplicação, que atualmente atende 47 (quarenta e sete) alunos desde o 1º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano de Ensino Médio, com as mais diversas deficiências (autismo, paralisia cerebral, síndrome de Down, deficiência mental, deficiência auditiva, distúrbio de processamento auditivo, dislexia, TDAH, síndrome de Asperger).

8. NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

ENSINO FUNDAMENTAL – 9 anos Turma B			ENSINO FUNDAMENTAL - 8 anos Turmas A e C			ENSINO MÉDIO
Anos Iniciais	2007	1º ano	1ª série			
	2008	2º ano	2ª série			
	2009	3º ano	3ª série			
	2010	4º ano	4ª série			
	2011	5º ano	5ª série			
Anos Finais	2012	6º ano	6ª série			
	2013	7º ano	7ª série			
	2014	8º ano	8ª série			
	2015	9º ano				

9. COMPOSIÇÃO CURRICULAR

9.1. ENSINO FUNDAMENTAL

ANOS INICIAIS

DISCIPLINAS	1º ANO			2º ANO			3º ANO			4º ANO			5º ANO		
	Nº DE AULAS POR SEMANA	Nº DE AULAS POR ANO	Nº DE HORAS POR ANO	Nº DE AULAS POR SEMANA	Nº DE AULAS POR ANO	Nº DE HORAS POR ANO	Nº DE AULAS POR SEMANA	Nº DE AULAS POR ANO	Nº DE HORAS POR ANO	Nº DE AULAS POR SEMANA	Nº DE AULAS POR ANO	Nº DE HORAS POR ANO	Nº DE AULAS POR SEMANA	Nº DE AULAS POR ANO	Nº DE HORAS POR ANO
CIÊNCIAS	02	80	64	02	80	64	02	80	64	02	80	64	02	80	64
ARTE	03	120	96	02	80	64	02	80	64	02	80	64	02	80	64
ED. FÍSICA	03	120	96	03	120	96	03	120	96	03	120	96	03	120	96
ENR. PESSOAL	00	00	00	01	40	32	01	40	32	01	40	32	01	40	32
INT. SOCIAL	02	80	64	02	80	64	02	80	64	02	80	64	02	80	64
LING. PORT.	08	320	256	08	320	256	08	320	256	08	320	256	08	320	256
MATEMÁTICA	07	280	224	07	280	224	07	280	224	07	280	224	07	280	224
ENS. RELIGIOSO *1															
TOTAL 1	25	800	25	800	25	800	25	800	25	800	25	800	25	800	

OBSERVAÇÃO: *1 A inclusão da disciplina Ensino Religioso segue as orientações na Lei nº 9475/97

ANOS FINAIS

DISCIPLINAS	6º ANO			7º ANO			8º ANO			9º ANO		
	Nº DE AULAS POR SEMANA	Nº DE AULAS POR ANO	Nº DE HORAS POR ANO	Nº DE AULAS POR SEMANA	Nº DE AULAS POR ANO	Nº DE HORAS POR ANO	Nº DE AULAS POR SEMANA	Nº DE AULAS POR ANO	Nº DE HORAS POR ANO	Nº DE AULAS POR SEMANA	Nº DE AULAS POR ANO	Nº DE HORAS POR ANO
CIENCIAS	04	160	128	04	120	96	03	120	96	03	120	96
ARTE	02	80	64	02	80	64	02	80	64	02	80	64
ED. FISICA	03	120	96	03	120	96	03	120	96	03	120	96
GEOGRAFIA	02	80	64	03	120	96	03	120	96	03	120	96
HISTÓRIA	03	120	96	03	120	96	03	120	96	03	120	96
LING. ESTRANGEIRA	04	160	128	03	120	96	03	120	96	03	120	96
LING. PORTUGUESA	05	200	160	05	200	160	05	200	160	05	200	160
MATEMÁTICA	05	200	160	05	200	160	04	160	128	04	160	128
ESTUDOS LATINO AMERICANOS	X	X	X	X	X	X	02	80	64	X	X	X
SOCIOLOGIA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	02	80	64
INICIAÇÃO CIENTÍFICA *1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	02	08	64
ENSINO RELIGIOSO *2												
TOTAL	28		896	28		896	28		896	30		960

OBSERVAÇÃO: *1- A partir do ano de 2010 foi introduzido o Projeto Institucional – Iniciação Científica, no 9º ano, com 2 aulas.

*2 A inclusão da disciplina Ensino Religioso segue as orientações na Lei nº 9475/97

9.2. ENSINO MÉDIO

DISCIPLINAS	1ª SÉRIE				2ª SÉRIE				3ª SÉRIE			
	Nº DE AULAS POR SEMANA	Nº DE HORAS POR SEMANA	Nº DE AULAS POR ANO	Nº DE HORAS POR ANO	Nº DE AULAS POR SEMANA	Nº DE HORAS POR SEMANA	Nº DE AULAS POR ANO	Nº DE HORAS POR ANO	Nº DE AULAS POR SEMANA	Nº DE HORAS POR SEMANA	Nº DE AULAS POR ANO	Nº DE HORAS POR ANO
BIOLOGIA	03	2,25	120	90	04	3,00	160	120	04	3,00	160	120
ARTE	01	0,75	40	60	X	X	X	X	X	X	X	X
ED. FISICA	03	2,25	120	90	03	2,25	120	90	03	2,25	120	90
FILOSOFIA	02	1,50	80	60	02	1,50	80	60	02	1,50	80	60
FÍSICA	03	2,25	120	90	04	3,00	160	120	04	3,00	160	120
GEOGRAFIA	03	2,25	120	90	03	2,25	120	90	03	2,25	120	90
HISTÓRIA	03	2,25	120	90	03	2,25	120	90	03	2,25	120	90
LING. ESTRANGEIRA	02	1,50	80	60	02	1,50	80	60	02	1,50	80	60
LING. PORTUGUESA	04	3,00	160	120	04	3,00	160	120	05	3,00	160	120
MATEMÁTICA	04	3,00	160	120	04	3,00	160	120	04	3,00	160	120
ESTUDOS LATINO AMERICANOS	02	1,50	80	60	X	X	X	X	X	X	X	X
QUÍMICA	03	2,25	120	90	X	X	X	X	X	X	X	X
QUÍMICA INORGÂNICA	X	X	X	X	02	1,50	80	60	02	1,50	80	60
QUÍMICA ORGÂNICA	X	X	X	X	02	1,50	80	60	02	1,50	80	60
SOCIOLOGIA	02	1,50	80	60	02	1,50	80	60	02	1,50	80	60
TOTAL	35			1020	35			1020	37			1050

10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

10.1. DA AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

DAS CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo que envolve o educando, o docente e a escola a fim de verificar o desempenho do educando frente aos objetivos previstos.

A verificação do rendimento escolar, para fins de promoção, compreenderá a avaliação do aproveitamento do educando, bem como a apuração da assiduidade.

O sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem será trimestral, para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. A avaliação do processo ensino-aprendizagem poderá seguir outra periodicidade quando se tratar de projetos.

O rendimento escolar será avaliado pelo aproveitamento do educando, através de técnicas e instrumentos de avaliação diversos, tais como:

- a) observação diária do docente;
- b) trabalhos de pesquisa individual ou coletiva;
- c) testes, provas orais ou escritas;
- d) resoluções de exercícios;
- e) planejamento, execução e apresentação de experiências ou projetos;
- f) relatórios;
- g) trabalhos práticos;
- h) outras técnicas e/ou instrumentos que o docente julgar conveniente.

Os instrumentos de avaliação deverão ser variados e utilizados como meio de verificação que levem o educando ao hábito de pesquisa, à reflexão, à iniciativa e à criatividade.

Todo resultado de avaliação deverá ser mostrado aos educandos e as respectivas correções esclarecidas pelo docente, logo após a sua realização, para que os mesmos conheçam o seu desempenho.

Trimestralmente o docente deverá realizar no mínimo 3 (três) avaliações.

O sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem adotado pela escola deverá ser explicado aos educandos e responsáveis, quando do ingresso na mesma.

Trimestralmente, as médias serão entregues e registradas na Secretaria, de acordo com os prazos estipulados no Calendário Escolar.

A média trimestral deverá ser a média das avaliações de diferentes atividades realizadas no decorrer do processo ensino-aprendizagem e será expressa em notas de 0 (zero) a 10 (dez). Estas serão registradas com a fração de décimos, quando for o caso, sem arredondamento, tanto para as avaliações de cada trimestre quanto para a Prova Final.

Este registro poderá ser expresso de forma diversa quando se tratar de projetos.

10.2. DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

O Colégio proporcionará Recuperação de Estudos durante o ano letivo com a finalidade de melhorar o desempenho escolar dos educandos.

A Recuperação de Estudos deve ser entendida como processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades ao educando para superar defasagens ao longo do processo ensino-aprendizagem.

A prática de Recuperação de Estudos para suprir as defasagens do processo ensino-aprendizagem será adotada no transcorrer do próprio trimestre.

Os educandos que apresentarem necessidade de Recuperação de Estudos no trimestre serão convocados pelos docentes e deverão frequentar as aulas nos horários programados pelo Colégio.

A Recuperação de Estudos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental será oferecida nas disciplinas de Português e Matemática, com uma carga horária semanal de 02 (duas) horas/aula por disciplina. Estas aulas serão oferecidas pelo professor da disciplina.

A Recuperação de Estudos nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio será oferecida de forma paralela e em horário oposto ao período de estudo do educando e será realizada no decorrer do trimestre.

As aulas serão ministradas por disciplina e por série, em horário planejado e estabelecido pela Direção do Colégio. O(a) professor(a) terá liberdade para empregar metodologias diversas e estabelecer estratégias de recuperação para os educandos de menor rendimento.

É de responsabilidade do educando, bem como de sua família conhecer o horário dessas aulas e acompanhar o seu desempenho escolar durante o trimestre. A frequência é obrigatória e será registrada no caderno do professor, na folha de frequência criada para esse fim.

A comunicação dos alunos em Recuperação de Estudos será feita no quadro de avisos da sala de aula, bem como através da Ficha de Acompanhamento Individual (Internet).

10.3. DO CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe tem caráter deliberativo, sendo um momento de reflexão, avaliação, decisão, ação e revisão do processo ensino-aprendizagem e deverá constar no Calendário Escolar.

O Conselho de Classe terá como finalidades:

a) avaliar o desempenho escolar da turma e dos educandos individualmente, a relação docente/educando, o relacionamento entre os próprios educandos e questões referentes ao processo pedagógico, no decorrer de cada trimestre do ano letivo;

b) encaminhar ações pedagógicas a serem adotadas, visando o estudo e a prática de alternativas pedagógicas que possibilitem melhoria no desempenho do educando;

c) deliberar a respeito da avaliação final dos alunos, considerando o parecer do conjunto de docentes das disciplinas da turma. As decisões e encaminhamentos do Conselho de Classe devem ser viabilizados e efetivados pelos setores responsáveis. Toda alteração de nota e/ou frequência motivada por erro involuntário do docente ou por revisão de provas, que interfira na decisão do Conselho de Classe, este deverá ser reconvocato e o resultado da sua decisão ser encaminhado à Secretaria Escolar.

O Conselho de Classe será constituído pelos docentes da turma, Orientador Educacional, Coordenador de Apoio Administrativo ao Ensino e no máximo 20% (vinte por cento) de representatividade de educandos da turma, sob a coordenação do Supervisor Escolar. Haverá um secretário, escolhido previamente dentre os docentes da turma, que redigirá a ata do Conselho de Classe. A participação dos educandos representantes de turma, dar-se-á no primeiro momento do Conselho, quando será realizada a avaliação da turma.

As reuniões de Conselho de Classe deverão realizar-se com a presença de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Na impossibilidade de um dos participantes se fazer presente, deverá encaminhar à coordenação do Conselho de Classe os registros e a decisão referentes a sua avaliação. Não havendo quorum para a realização do Conselho de Classe, o mesmo será cancelado e, posteriormente, será marcada nova data e horário.

Os encaminhamentos feitos em cada Conselho de Classe deverão ser levados à turma pelo Orientador Educacional, juntamente com os seus representantes.

O planejamento do Conselho de Classe deverá ser realizado pelo Setor Pedagógico da escola e terá objetivos diferenciados em cada trimestre.

10.4. DA FREQUÊNCIA, APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO

O educando que, seguidos todos os procedimentos trimestrais, obtiver nos trimestres o somatório de 18 (dezoito) pontos, ou seja, média 6,0 (seis vírgula zero) estará automaticamente aprovado.

O educando que após ser submetido à Recuperação de Estudos nos trimestres não obtiver a média 6,0 (seis vírgula zero), em cada uma das disciplinas, deverá ser submetido à Prova Final.

A fórmula para cálculo de média anual dos educandos que realizarem Prova Final será:

$$\frac{\text{Média dos trimestres} + \text{Prova Final}}{2} \geq 6,0$$

O educando poderá realizar Prova Final em todas as disciplinas.

O educando que não atingir a média 6,0 (seis vírgula zero) em uma ou mais disciplinas, após a Prova Final, estará reprovado.

A aprovação do educando também dependerá da frequência exigida pela legislação vigente (Lei 9394/96), ou seja, comparecer no mínimo a 75% do total das aulas.

Será aprovado, ao final do ano letivo, o educando que:

a) alcançar um somatório de 18 (dezoito) pontos por disciplina, resultado de seu desempenho nos 3 (três) trimestres e com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas disciplinas;

b) alcançar média 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina, após ser submetido a prova final.

Será reprovado, ao final do ano letivo, o educando que:

- após a prova final, não tiver alcançado média 6,0 (seis vírgula zero) em uma das disciplinas;
- não atingir o percentual mínimo de frequência, ou seja, 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas dadas nas disciplinas.

10.5. DA REVISÃO DO RESULTADO DO CONSELHO DE CLASSE FINAL

Será concedida revisão ao resultado do Conselho de Classe Final ao educando que discordar do mesmo. A revisão será requerida pelo educando ou responsável ao Diretor Geral do Colégio, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após sua publicação.

De posse do requerimento, o Diretor Geral anexará o Boletim Escolar e a Ficha de Acompanhamento individual do aluno, relativos ao ano letivo e designará uma Comissão composta de 3 (três) docentes, preferencialmente da disciplina ou disciplinas afins para:

- revisar a prova final em que o aluno reprovou;
- analisar o desempenho do aluno no ano letivo em curso.

A Comissão terá um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para analisar a prova e emitir **parecer qualitativo** sobre a manutenção ou alteração do resultado, que **será apreciado pelo Conselho de Classe Extraordinário**, convocado especialmente para esta finalidade. O requerente será informado oficialmente pela Secretaria Escolar.

Colégio De Aplicação

11. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

11.1. ESTRUTURA FÍSICA

O Colégio de Aplicação é uma instituição de Ensino Fundamental e Médio e possui uma estrutura física composta de quatro blocos.

No **bloco A** funciona o setor administrativo do Colégio de Aplicação e os Anos Iniciais; no **bloco B** funciona a Biblioteca, a Brinquedoteca, salas de Recuperação de Estudos, salas de projetos; no **bloco C**, os Laboratórios de Química, Física, Biologia, salas ambiente de Matemática, Geografia e Ciências (Piso Térreo); Laboratórios de Informática e Línguas Estrangeiras; salas de aula de Inglês, Espanhol, Alemão e Francês ((1º andar) e salas de estudos dos professores (2º andar). No **bloco D**, segmento dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O Colégio de Aplicação foi construído, em etapas, ao longo dos anos, conforme a sua demanda. No momento em que houve a discussão e redefinição dos espaços existentes na escola, aconteceram mudanças para a melhoria da dinâmica de funcionamento da escola.

ESPAÇO FÍSICO

Bloco A (Administração):

- 1 sala de convivência para Professores e Técnico-Administrativos
- 1 banheiro masculino
- 1 banheiro feminino
- 1 recepção
- 1 depósito para material de expediente
- 1 sala da Direção Geral
- 1 sala da Direção de Ensino
- 4 salas de Coordenadorias (Estágios, Pesquisa e Extensão, Comunicação, Divulgação e Eventos, Administrativa)
- 4 salas para projetos
- 2 salas do Serviço de Orientação Educacional
- 1 sala do Serviço de Supervisão Escolar
- 1 sala para Secretaria
- 1 sala de Informática e Multimídia
- 1 sala da Associação de Pais e Professores
- 1 sala para consultório médico
- 1 sala para gabinete odontológico

- 1 sala de reuniões
- 9 salas de aula
- 1 sala para Inspetoria
- 1 sala para Coordenadoria de Apoio Administrativo ao Ensino
- 1 sala para professores
- 1 banheiro adaptado
- 1 banheiro masculino
- 1 banheiro feminino
- 2 pátios cobertos
- 1 cozinha para os funcionários terceirizados
- 1 depósito para cadeira de rodas
- 1 depósito para material de Educação Física
- 1 sala para xerox

Bloco B (Galpão):

- 1 Laboratório de Informática
- 1 sala de atendimento
- 1 sala de dança
- 2 salas ambiente para práticas de Teatro
- 2 salas ambiente para práticas de Música
- 1 pátio coberto
- 1 banheiro feminino
- 1 banheiro masculino
- 1 biblioteca
- 1 sala para brinquedoteca
- cozinha
- 3 salas para aulas de recuperação de estudos
- 4 salas para Projetos
- 2 salas de aula

Bloco D (Anos Finais e Ensino Médio):

- 1 sala para a Inspetoria
- 2 salas para Coordenadorias de Apoio Administrativo ao Ensino Fundamental e Médio
- 2 banheiros femininos
- 2 banheiros masculinos
- 2 miniauditórios
- 14 salas de aula
- 1 auditório
- 1 pátio coberto
- 1 sala de Apoio Pedagógico (AEE)
- 1 sala para atendimento
- 1 sala para o Grêmio Estudantil
- 7 laboratórios (Física, Química, Biologia, Línguas Estrangeiras, Matemática, Educação Física e Informática)
- 4 salas para aulas de Línguas Estrangeiras (Inglês, Alemão, Francês e Espanhol)
- 10 salas de estudos dos professores por disciplina

Casinha de Artes:

- 3 salas ambiente para prática de Artes Plásticas
- 1 banheiro feminino
- 1 banheiro masculino

Áreas Externas:

- 1 parque para crianças
- 1 quadra de esportes descoberta
- 1 campo de areia para futebol

Localização

Essa unidade escolar situa-se no Campus Universitário. Em função da sua localização, torna-se fácil o acesso do educando à Biblioteca Central, Eventos Culturais e a todas as atividades e serviços que a Universidade oferece.

O Colégio está localizado numa área geograficamente residencial, onde existem vias de acesso, tanto para o norte quanto para o sul, para o centro da cidade e bairros da grande Florianópolis.

Funcionamento

O Colégio de Aplicação funciona atualmente em período semi-integral, conforme aprovado no 1º Congresso Temático do Projeto Político Pedagógico.

As turmas de alunos estão distribuídas da seguinte forma:

Séries	nº de Turmas
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	15
Anos Finais do Ensino Fundamental	12
1ª a 3ª do Ensino Médio	11
Total de Turmas	38

No Colégio de Aplicação o Ensino Fundamental (Anos Iniciais) funciona em dois turnos, com uma carga horária de quatro horas e vinte minutos diários.

O segmento dos Anos Finais funciona no período vespertino, com uma carga horária de quatro horas e vinte minutos diários. No período matutino são ministradas três horas/aula de Educação Física (5ª a 8ª série) e mais duas horas/aula de Arte (8ª série).

O segmento do Ensino Médio funciona no período matutino, com uma carga horária de quatro horas e quarenta e cinco minutos diários. No período vespertino são ministradas três horas/aula de Educação Física (1ª a 3ª série), uma hora/aula de Arte (1ª série) e uma hora/aula de Língua Portuguesa/Literatura (3ª série).

Todos os segmentos de ensino do Colégio têm aulas de recuperação de estudos no período inverso. A recuperação de estudos deve ser entendida como processo didático-pedagógico que visa dar novas oportunidades ao aluno para superar defasagens ao longo do processo ensino-aprendizagem. A prática de recuperação de estudos para suprir as defasagens do processo de ensino-aprendizagem é oferecida no transcorrer do próprio trimestre.

O horário de aulas do Colégio de Aplicação é o seguinte:

- Turno Matutino:
4º e 5º ano: das 07h30min às 11h50min;
Ensino Médio:
2ª/4ª/6ª: 07h30min às 12h15min
3ª/5ª: 07h30min às 12h30min
- Turno Vespertino:
1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental das 13h30min às 17h50min;
Anos Finais do Ensino Fundamental das 13h30min às 17h50min.

11.2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA: CONSTITUIÇÃO

O Colégio de Aplicação apresenta uma estrutura organizacional diferenciada das demais escolas, devido ao fato de ser uma instituição vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina que visa desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A estrutura administrativa atual do Colégio de Aplicação é resultado das deliberações do II Congresso Temático "Estrutura Organizacional", realizado no mês de novembro de 2003 e envolveu os quatro segmentos da comunidade escolar, ficando assim constituída:

- | | |
|------------------------------------|---|
| a) Colegiado | j) Coord de Pesquisa e Extensão |
| b) Diretor Geral | k) Coord de Comunicação, Divulgação e Eventos |
| c) Diretor de Ensino | l) Biblioteca |
| d) Coordenadoria Administrativa | m) Secretaria Escolar |
| e) Equipe de Assessoria Pedagógica | n) Corpo docente |
| f) Supervisão Escolar | o) Corpo discente |
| g) Orientação Educacional | p) Serviço técnico-administrativo |
| h) Coord de Apoio Adm ao EF e EM | |
| i) Coordenadoria de Estágio | |

11.3. ESTRUTURA CURRICULAR

A organização da estrutura curricular proposta para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e Médio deverá ser alvo de análises e estudos qualitativos e quantitativos ao longo de sua implantação. É preciso garantir espaços de discussão para que constantemente possa ser revista, de modo a receber os aperfeiçoamentos necessários que levem em conta os erros e acertos de sua trajetória.

O Ensino Fundamental com duração de 9 anos foi criado através da Lei nº 11274/2006, incluindo as crianças de 6 anos de idade. Após discussão e encaminhamentos de Comissão, instituída para elaborar propostas de implantação do EF de 9 anos, esta ocorreu, em 2007, determinada por portaria do Pró-Reitor de Graduação, inicialmente com uma turma. Essa organização do Ensino Fundamental de 9 anos, seguiu o que preconiza a Resolução nº 3/CNE/CEB.

Colégio

De Aplicação

12. BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.
- ALONSO, Mirtes. A escola em busca de sua identidade: um desafio para a administração escolar. In: SILVA, Rinalva Cassiano (org.). **Educação para o século XXI**, São Paulo, Unimep, 1998.
- BALLESTER, Margarita. **Avaliação como apoio à aprendizagem**. Porto Alegre: ArtMed, 2003.
- BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília. MEC/SEF, 1997.
- BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Indagações sobre currículo**. Brasília. MEC/SEB, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.
- CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
- DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**. São Paulo, Autores Associados, 1997.
- DAYREL, Juarez. As escolas "fazem" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. IN: Educação e Sociedade, vol 28, CEDES, Número Especial, 2007.
- ENGUITA, Mariano F. Tecnologia e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação. In: SILVA, T.T. (org.) **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.
- Escola: Projeto Coletivo em Construção Permanente: Contribuição dos Especialistas em assuntos educacionais. In: SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Unidade operacional de Ensino de 1º Grau. **Supervisão Escolar – Orientação Educacional**. Florianópolis, p. 97-105, 1979
- ESTEBAN, Maria Tereza (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.
- FAZENDA, Ivani (Org). **Novos Enfoques da Pesquisa Educacional**: São Paulo; Cortez, 1992.
- _____. **Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro – efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1993.
- FRANCO, Maria Laura P.B. **Qualidade do Ensino: velho tema, novo enfoque**. São Paulo: (mimeo), 1993.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (org). **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. 2ª edição, São Paulo, Editora Cortez, 1997.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**. São Paulo: Cortez, 1985.
- GARCIA, Regina L. **Construindo uma nova escola com os "especialistas"**. Prospectiva - AOERGS, Porto Alegre, V. 2, n. 16, p. 59-67, 1987.
- GENTILI, Pablo. **A Falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1998.
- HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré escola à Universidade**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
- KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, Paes e Terra, 1976.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LOPES, Antonia Osima. **Planejamento do Ensino numa Perspectiva Crítica de Educação**. In: Repensando a Didática. Campinas: Papirus, 1990, p. 45.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou avaliação: o que pratica a escola ?** Revista Série Idéias, n.8, p.71 - 80. São Paulo; FDE, 1997.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MACEDO, Lino de. **Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: ArtMed, 2005
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículo: questões atuais**. São Paulo: Papirus, 1997.
- MORENO, Montserrat. **Temas Transversais em Educação - Bases para uma formação integral**. São Paulo: Ática, 1998.
- MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro, Cortez, 2000.
- PETRAGLIA, Izabel Cristina. Edgar Morin: **A educação e a complexidade do ser e do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes 1995

- Relatório de Avaliação Institucional do Colégio de Aplicação**, 1998
- POMAR, Wladimir. Nossa Perplexidade. **T&D**, n.35, jul/ago/set, p. 24-29, 1997.
- RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- SALINAS, Dino. **Prova amanhã! Agora a avaliação entre a teoria e a realidade**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, p. 25.
- SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão, MOREIRA, Antônio Flávio. **Currículo: Questões de Seleção e de Organização do Conhecimento**. Revista Série Idéias. São Paulo: FDE, 1995, n 26, p. 47-65.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1984, p. 9.
- SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Tereza (orgs.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- SILVA, Janssen Felipe da. **Avaliação na perspectiva formativa-reguladora: pressupostos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- SOUZA, Clarilza Prado de. (Org) **Avaliação do rendimento escolar**. Campinas. SP: Papirus, 1993.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1998.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.
- _____. Celso dos Santos. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 1995, p. 26.
- _____. Celso dos S. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: FDE, 1997.
- _____. Celso dos S. **Avaliação da Aprendizagem: práticas de mudança – por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 2003.
- VEIGA, Ilma Passos A. (org.) **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: SP, Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico)
- _____. Ilma Passos Alencastro; Cardoso, Maria Helena Fernandes (orgs.). **Escola Fundamental : currículo e ensino**. São Paulo: Papirus, 1995.